

Sem olhar para trás: palestinos cristãos em Recife

Hissa Mussa Hazin¹

Resumo

Meu objetivo era fazer uma reflexão sobre a (re) construção de uma identidade étnica dos imigrantes palestinos e seus descendentes a partir da perspectiva teórica formulada por Abner Cohen e Fredrik Barth em fins da década de 1960 e pensar em como essas novas identidades eram produzidas em um contexto completamente diferente. Mas onde estão estes “palestinos” que ninguém vê, ninguém ouve, ninguém conhece? A partir da presumida “invisibilidade” deste grupo de imigrantes, pareceu-me necessário retomar as antigas discussões sobre os conceitos de assimilação e aculturação propostos por Robert Park, da Escola de Chicago na primeira metade do século XX (Park, apud Willems, 1980).

Palavras-chave: imigrantes; palestinos; assimilação; etnicidade; identidade.

Abstract

My object was to reflect on the (re) construction of an ethnic identity of Palestinian immigrants and their descendants from the theoretical perspective formulated by Abner Cohen and Fredrik Barth in the late 1960s and think about how these new identities were produced in a completely different context . But where are these "Palestinians" that nobody sees, nobody hears, nobody knows ? From the presumed “invisibility” of this group of immigrants, it seemed necessary to resume the old discussions on the concepts of assimilation and acculturation proposed by Robert Park in Chicago School in the first half of the twentieth century (Park, apud Willems, 1980).

Key words: immigrants; palestinians; assimilation; ethnicity; identity.

Introdução

Na primeira metade do século XX chegaram ao Nordeste do Brasil numerosas famílias de imigrantes cristãos procedentes da cidade de Belém, na Palestina². Muitos destes imigrantes teriam se estabelecido inicialmente em pequenas cidades do interior do Piauí (principalmente Parnaíba e Floriano), do Ceará (Quixadá) e do Maranhão (Alcântara e Imperatriz) e posteriormente se mudariam para algumas capitais da região, principalmente Fortaleza, Natal e Recife.

Está bem registrada pela literatura historiográfica e antropológica a imigração de

¹ Mestrando de Antropologia do PPGA/UFPE. Contato:hazinhissa@gmail.com.

² A cidade de Belém está situada na Cisjordânia, território palestino administrado pela Autoridade Palestina.

‘populações árabes’³ (principalmente sírios e libaneses) para todo o País, especialmente para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo (Gattaz, 2005; Hajjar, 1985; Pinto, 2010; Truzzi, 2009; Safady, 1949), bem como a de palestinos muçulmanos que imigraram na segunda metade do século XX para algumas capitais do Sul e do Sudeste, especialmente São Paulo, Curitiba e Florianópolis e para algumas cidades de fronteira, como Foz do Iguaçu no Paraná, Corumbá no Mato Grosso do Sul ou Chuí, no Rio Grande do Sul (Jardim, 2006; Hamid, 2012; Peters, 2006; Espínola, 2005; Carloto, 2007).

Em relação à imigração palestina cristã para o Nordeste do Brasil, contudo, os dados são escassos, incompletos e imprecisos e, quando existem, são contraditórios. Não há qualquer informação confiável em relação à quantidade de indivíduos que chegaram ao País naquele período, quantos retornaram à sua terra de origem ou emigraram para outros países, e quantos optaram por ficar definitivamente no Brasil. Também não se sabe quais as razões que os levaram a escolher a região Nordeste e não a Sudeste, como fizeram quase todos os imigrantes de origem árabe naquela época (sírios e libaneses principalmente). Tomando por base alguns relatos obtidos de imigrantes árabes por Oscar Siqueira Procópio na cidade de Floriano, no Piauí, a escolha do local de destino dependia dos recursos que cada indivíduo ou família dispunha: “Os mais preparados e os que tinham mais recursos iam direto para São Paulo ou Rio de Janeiro. E os mais pobres e ‘menos instruídos’, que na grande maioria eram lavradores, criadores ou artesãos, ficavam no Nordeste, onde eles acreditavam que a vida seria mais fácil” (Procópio, 2006:32).

É sobre este processo migratório de ‘povos árabes’ cristãos, que perdurou até a criação do Estado de Israel em 1948, de que trata esse trabalho. Minha proposta inicial era fazer uma reflexão sobre a construção de uma nova identidade étnica palestino-brasileira pelos imigrantes palestinos e seus descendentes que ainda hoje vivem na cidade do Recife, fazendo uso da ampla literatura antropológica sobre identidade e etnicidade produzida a partir da década de 1960, sobretudo após a publicação dos trabalhos de Fredrik Barth (1969) e Abner Cohen (1969). Alguns fatos recentes, porém,

³ Neste trabalho, denominaremos de árabes, povos árabes ou populações árabes, os habitantes do vasto território antigamente conhecido por Síria ou Grande Síria, mesmo admitindo que seus habitantes não pertençam necessariamente à etnia árabe. De forma análoga, poderemos denominar essa mesma região, onde atualmente se situam a Síria, o Líbano, o Iraque, a Jordânia, a Palestina (Cisjordânia, a Faixa de Gaza e parte de Jerusalém) e Israel, de territórios árabes ocupados (pelos turcos otomanos) ou países árabes, excluindo os demais países do Oriente Médio e do Norte da África frequentemente denominados de ‘países árabes’ por causa da língua predominantemente falada na região.

levaram-me a refletir se essa era a perspectiva teórica mais apropriada.

O questionamento me ocorreu há pouco mais de um ano atrás, em de julho de 2014, quando ocorreu o massacre de centenas de mulheres, crianças e idosos na faixa de Gaza, um dos três territórios que integram a Palestina. Naquela ocasião, um grupo de pessoas ligado a uma ‘organização não governamental’ convocou a população do Recife, especialmente os descendentes de palestinos, para um amplo debate num auditório da Universidade Federal de Pernambuco. O objetivo era discutir as razões do conflito, protestar contra os ataques a civis e mobilizar a sociedade local a levar uma ajuda humanitária às populações atingidas. Na condição de neto de imigrante, fiquei perplexo ao constatar que além de mim e um dos debatedores, não havia mais nenhum descendente de palestino entre as centenas de pessoas que compareceram ao debate.

Em 2002, quando do lançamento do livro *Palestinos – A Saga de Seus Descendentes*, seu autor, o jornalista João Sales Asfora, havia estimado em mais de cinco mil a quantidade de descendentes de palestinos e pelo menos mais cinco mil os descendentes de sírios e libaneses apenas na cidade do Recife, o que me faz presumir um número bem maior atualmente, transcorridos catorze anos desde a sua publicação. Onde estão estes milhares de ‘palestinos’ que ninguém vê, ninguém ouve, ninguém conhece? Como membro dessa ‘comunidade’, às vezes me surpreendo com essa indiferença (para não falar de omissão) que nos torna praticamente ‘invisíveis’ na sociedade local e verifico com pesar que transcorrido pouco mais de cem anos desde a chegada dos primeiros imigrantes, a maioria dos ‘meus primos’⁴ não se sente mais como integrante de um grupo étnico, de uma comunidade palestina.

Como aplicar tais conceitos em minha pesquisa se mal consigo enxergar resíduos de uma identidade étnica palestina na maioria dos descendentes que conheço? Ao que parece, as ‘nossas’ tradições são residuais, sobrevivências de um passado não tão distante, mas que ‘evaporaram’ gradativamente durante o processo migratório cujo resultado final seria a assimilação e a aculturação quase total entre os ‘nativos’. Diante dessas suspeitas, o questionamento é inevitável: por que, diferentemente das outras

⁴ O termo ‘primo’ para os árabes tem uma conotação muito diversa e mais ampla do que em geral é atribuído por nós e pode abranger não apenas os primos em vários graus, mas também diversos outros graus de parentesco e mesmo de amigos mais próximos desde que compartilhem de uma mesma identidade étnica. Nas palavras de Cláudia Fonseca, “...o sentimento de pertencimento vai se firmando através da grande “família árabe”. Em uma rede onde as pessoas se identificam como “primo do primo do primo do primo do primo”, “todo mundo se considera familiar”.

comunidades de imigrantes estudadas no Brasil e no exterior, os palestinos residentes em Recife e em outras capitais do Nordeste não constituíram um grupo étnico e não criaram (ou recriaram) no Brasil uma nova identidade palestina? Embora os indícios apontem para uma assimilação quase total, ainda não se sabe o que realmente aconteceu com este grupo. Não é possível afirmar que os imigrantes e seus descendentes constituíram um grupo étnico e que se deparam até hoje com alguma forma de etnicidade, ainda que residual. Também não há como afirmar, de forma categórica, que os meus ‘primos’ foram todos assimilados e hoje estão totalmente aculturados.

Parece que estou diante de uma encruzilhada: se não é apropriado investigar a imigração palestina à luz do arcabouço teórico existente sobre identidade étnica e etnicidade, sou compelido a retomar as antigas discussões sobre os conceitos de assimilação, aculturação e suas variantes, mesmo ciente das conotações negativas que estes conceitos possam representar. Ou haverá uma terceira via, um caminho alternativo a ser explorado?

Uma imigração atípica

Apesar de o foco atual da teoria antropológica direcionar as pesquisas sobre migrações para etnicidade e identidade étnica, algo diferente parece ter acontecido com a comunidade palestina que imigrou para o Nordeste. Para entender o que sucedeu com estes imigrantes é preciso pensar primeiro nas causas que os trouxeram ao País e nas condições enfrentadas por eles em todas as etapas do processo migratório.

Se os imigrantes europeus eram motivados por questões econômicas tais como desemprego ou falta de oportunidades nas áreas agrícolas, as motivações que deflagraram o processo migratório de populações árabes para o Brasil eram bem distintas: o domínio turco-otomano de fé muçulmana sobre os seus territórios impunha todo tipo de restrições às populações árabes em geral e em especial às minorias cristãs, que entre outras coisas eram recrutadas compulsoriamente pelo exército turco, ao mesmo tempo em que eram privadas da educação e da saúde oferecidas pelo Governo Imperial. Portanto, neste caso, perseguição religiosa e intolerância étnica parecem ter sido as principais causas, mas não foram as únicas. Questões de ordens políticas e econômicas na fase inicial e as duas grandes guerras na fase final do processo certamente exerceram uma forte pressão migratória sobre eles (Truzzi, 2008; Pinto,

2010).

As migrações procedentes da Europa que chegavam ao Brasil no começo do século passado eram quase sempre financiadas pelo Estado, que via nelas uma alternativa de ‘embranquecer’ e ‘civilizar’ o País. Por essa razão, os imigrantes eram recrutados por agentes de empresas colonizadoras nacionais ou estrangeiras ou por funcionários do governo brasileiro e ‘trazidos’ ao País com subsídios federais para atender a objetivos bem definidos como o abastecimento de mão-de-obra assalariada para substituir a mão-de-obra escrava na lavoura cafeeira ou para a colonização de terras devolutas em áreas desabitadas do sul do País, principalmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Truzzi, 2008; Seyferth, 2004).

Apesar de a imigração árabe ter acontecido praticamente no mesmo recorte temporal dos grandes fluxos migratórios provenientes da Europa, as semelhanças param por aí. Estamos de fato diante de um processo migratório peculiar, no qual, os imigrantes árabes, entre eles os palestinos que vieram para o Nordeste, não eram agenciados pelas empresas de colonização, não recebiam qualquer tipo de ajuda do governo turco, não recebiam subsídios do governo brasileiro para custear as despesas de viagem e muito menos para se estabelecerem no País. Vieram por sua própria conta e risco num processo migratório totalmente informal. Não traziam em sua bagagem ‘um forte sentimento nacional’ por uma nação que nem existia⁵. Então, trancaram as portas para o passado e em nome do futuro e da liberdade deixaram suas terras e propriedades, abriram mão de seus bens, do convívio com parentes e amigos e de seus sentimentos

⁵ A hipótese da ‘falta de um forte sentimento nacional’ decorre do fato de que, nas primeiras décadas da imigração e até o final da Primeira Guerra Mundial, os árabes viviam em um território ocupado havia quatro séculos pelos turcos (de 1516 a 1918) e ainda não existia a Palestina, a Jordânia, a Síria, o Iraque nem o Líbano. Ao fim da Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes estabeleceu que os territórios árabes desmembrados do antigo Império Turco-Otomano seriam reconhecidos como países independentes com base na ‘partilha’ estabelecida em 1916 pelo acordo Sykes-Picot, mas sujeitos ao ‘aconselhamento’ de um estado encarregado do ‘mandato’ para eles. “De acordo com os termos dos mandatos formalmente concedidos pela Liga das Nações em 1922, a Grã-Bretanha seria responsável pelo Iraque e a Palestina e a França, pela Síria e o Líbano” (Hourani, 2005) (poucos anos depois a Liga das Nações se transformaria na Organização das Nações Unidas). O Líbano passou a existir como país em 1943 e a Síria em 1946. Quanto à Palestina, os ingleses propuseram às Nações Unidas dividi-la em dois estados, Palestina e Israel, o que desencadeou a guerra entre os árabes e os judeus. O resultado foi a criação do Estado de Israel em 1948 e o fim das pretensões árabes de criar o Estado da Palestina. O passo seguinte seria a expulsão de setecentos mil palestinos de suas casas, transformando-os em refugiados (Kazak, 1999). Quanto aos árabes que já haviam emigrado e não estavam na Palestina naquela ocasião (e este é o caso da quase totalidade dos imigrantes palestinos que estamos investigando), não teriam direito a retornar às suas aldeias, ao convívio com o seu povo e muito menos a um País e se transformaram automaticamente em apátridas. Não eram turcos, não eram palestinos nem eram judeus e muitos ainda não eram brasileiros.

mais fundamentais. Para eles, a emigração era a ruptura (Sayad, 1998). Não olharam para trás. Em vez disso, chamaram os que ficaram.

Assimilação como estratégia?

Volto à questão da ‘invisibilidade’ dos imigrantes palestinos em Recife. O que teria acontecido com os seus descendentes transcorridos pouco mais de cem anos desde a chegada dos pioneiros ao Brasil? Por que não compareceram em massa ao debate realizado em julho na UFPE para discutir o massacre na Faixa de Gaza? Ao que parece, a etnicidade vivenciada pelos imigrantes da primeira geração não foi suficiente para unir e mobilizar as poucas centenas de indivíduos ao ponto de induzir a formação de um grupo étnico, na acepção do termo como foi proposto por Barth e Cohen. Segundo este último, “grupos étnicos são motivados por interesses comuns” (Cohen apud Seiferth, 2004). Mas, se assim fosse, a comunidade palestina teria comparecido em peso ao debate realizado no campus da Universidade, o que de fato não ocorreu. Barth, por sua vez, defende que “um grupo étnico é uma forma de organização social que expressa uma identidade diferencial nas relações com outros grupos e com a sociedade mais ampla” Para ele, identidade étnica é utilizada como forma de estabelecer os limites do grupo e de reforçar a sua solidariedade (Barth, 2011). Mas essa “identidade diferencial” parece ausente entre os imigrantes palestinos que hoje estão integrados à sociedade recifense. E se hoje, os descendentes destes imigrantes não constituem um grupo étnico é porque também não se identificam como palestinos. Para Pujadas, “o termo etnia envolve a descrição daquelas características herdadas culturalmente que fundamentam a existência de um determinado grupo humano em um passado ancestral comum” (Pujadas apud Luvizotto, 2009). Desta forma, a identidade étnica também pode ser vista como “o acúmulo de heranças culturais que permitem significar distinções perante outros grupos sociais/étnicos” (Luvizotto, 2009). Mas, e se as heranças culturais dos palestinos são no máximo residuais após mais de cem anos de convívio com ‘os outros’? Neste caso, se já não existem mais as diferenças culturais que acentuem distinções entre os palestinos e os brasileiros, se não existe uma identidade diferencial entre eles, se não perduram os interesses comuns entre os imigrantes e se não conseguimos perceber a etnicidade atuando no conjunto dessa população, é lícito pensar

que os palestinos e seus descendentes foram de fato assimilados ou no mínimo, estão num processo bastante avançado de assimilação.

Na busca de uma explicação, deparo-me não com um fator, mas com vários fatores que parecem ter atuado em conjunto para levar os imigrantes à assimilação. Os palestinos que vieram para o Nordeste chegaram em pequenas levadas, não mais do que alguns imigrantes de cada vez e que no período analisado neste trabalho, a primeira metade do século XX, teriam somado no máximo algumas centenas de indivíduos em toda a região. E diferentemente dos imigrantes europeus que chegaram ao Brasil na mesma época, não foram direcionados para as áreas de colonização do Sul do País. Após desembarcarem em portos nordestinos como Recife, Salvador, Fortaleza e São Luiz, dispersavam-se por inúmeras cidades do interior da Região. Estes palestinos vinham para Brasil à custa de outros palestinos, quase sempre parentes, que tanto podiam estar na Palestina como já terem imigrado para o Brasil. Todos tinham um único objetivo: vencer na vida. Ganhar dinheiro para poder ajudar no traslado e na adaptação à nova terra daqueles que neles acreditavam e ansiosamente esperavam o seu momento de embarcar, formando assim uma rede de solidariedade sem precedentes. Para vencer na vida, o comércio era o caminho mais fácil e mais rápido, principalmente para quem não tinha qualquer qualificação profissional, não dominava o idioma local e não dispunha de muito capital. E este tipo de trabalho escolhido por estes imigrantes, ao contrário do trabalho dos que foram direcionados aos projetos de colonização agrícola, facilitava a assimilação. O comércio implicava no contato direto com o “nativo”, na formação de uma rede de relações, no aprendizado da língua e na adaptação aos costumes locais. E assim, o imigrante palestino passou a professar o catolicismo em lugar da religião ortodoxa grega, diversificou a sua dieta (sem abrir mão totalmente de sua culinária), e adotou as vestimentas e os costumes locais. Seus filhos, a segunda geração de palestinos no Brasil, seriam educados em escolas brasileiras e desde muito cedo muitos deles conviveriam mais com brasileiros do que com outros palestinos. A maioria deu continuidade aos negócios da família, quase sempre no setor de comércio, mas muitos outros optaram pela formação universitária. De qualquer maneira, a maioria dos palestinos da segunda geração conseguiu ascender socialmente e esta ascensão social por sua vez abriria ainda mais os caminhos para a convivência e a socialização com os locais, inclusive estimulando os casamentos interétnicos.

Resultados preliminares da pesquisa de campo

A pesquisa de campo está em andamento e constitui um instrumento poderoso para esclarecer se houve de fato um processo gradual de mudanças de valores e de atitudes individuais que resultou em assimilação social e aculturação ou, se diferentemente disso, o grupo conseguiu manter a sua identidade palestina e fortalecer os laços étnicos, estabelecendo fronteiras e marcando diferenças. Contudo, não podemos deixar de considerar a existência de uma terceira via como foi demonstrado por Alejandro Portes, para quem o processo de integração depende da interação entre dois conceitos básicos: assimilação e etnicidade – já que os dois conceitos podem atuar simultaneamente, em diferentes formas e com diferentes graus de intensidade (Portes, 2008). Se esta hipótese se confirmar, poderemos nos deparar então com uma nova identidade palestino-brasileira.

Minha pesquisa de campo apenas começou e deverá se estender pelos próximos meses, portanto, ainda é cedo para conclusões. Contudo, ao mesmo tempo em que alguns relatos parecem confirmar a maioria de nossas suspeitas, outros, são bastante intrigantes e parecem dizer exatamente o contrário. No primeiro caso, os relatos de imigrantes (primeira geração) e dos filhos de imigrantes (segunda geração) mostram que eles não eram discriminados pelos brasileiros. Mesmo quando questionados de forma direta e objetiva, não houve nenhum relato referente a preconceito ou discriminação de qualquer natureza. Pelo contrário, todos os informantes relataram a “boa acolhida” dos palestinos pelos brasileiros. Ora, sabemos que a emergência, a manutenção e o desaparecimento de grupos étnicos dependem da etnicidade vivenciada pelo grupo na interação com o ‘outro’, isto é, que “a etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento, mas surge das interações sociais do universo urbano que torna salientes as identidades étnicas” (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998). Dito de outra forma, “o nós constrói-se em oposição a eles”. E o que surgiu da interação entre os palestinos e os brasileiros? Nada, suficientemente forte, para fazer emergir uma identidade étnica contrastante com a brasileira. Nas palavras de um dos meus informantes: “No Brasil, estamos em casa”.

Diante disso, podemos presumir que etnicidade vivenciada por eles não foi forte o

bastante para fazê-los preservar a identidade palestina. e nem suficientemente forte para levar seus descendentes a produzir uma nova identidade palestino-brasileira. E se isso é verdade, também não podemos falar de um grupo étnico palestino. Então, a ‘boa acolhida’ dos palestinos por parte dos brasileiros parece ter sido mais um fator indutor da assimilação dos imigrantes pela sociedade local. É importante lembrar que, como vimos, outros fatores podem ter atuado em conjunto nesta mesma direção, como a falta de uma identidade nacional palestina, um processo migratório informal que dependia da solidariedade de outros palestinos, a similaridade das religiões católica e ortodoxa que facilitou a integração com a população local, o objetivo explícito de ganhar dinheiro para ajudar na imigração ou integração de outros palestinos, o processo de inserção social com base na mascateação e no comércio, que facilitou a aproximação com os ‘nativos’, a pequena magnitude e a grande dispersão dos imigrantes pela região, a socialização dos filhos em escolas brasileiras, a ascensão social do imigrante e dos filhos de imigrantes e o grande número de casamentos interétnicos.

A segunda informação obtida a partir de minha pesquisa de campo teve a virtude de me inquietar e foi extraída dos relatos de alguns descendentes de terceira e quarta geração, isto é, a partir das entrevistas já realizadas com netos e bisnetos dos imigrantes e parecem apontar exatamente para a direção oposta, para o surgimento de uma nova identidade palestina. Segundo pude constatar, muitos daqueles descendentes afirmam se “identificar” como palestinos. Hurth e Lapeyronnie sugerem que “as manifestações identitárias das “segundas gerações” foram analisadas especialmente como um produto do desnível entre uma assimilação cultural e uma não integração social. A etnicidade seria uma reação à frustração de aspirações induzidas pela interiorização das normas de sucesso social da sociedade de acolhimento, cuja realização se acharia bloqueada pelas práticas discriminatórias em vigor nessa mesma sociedade” (Hurth, 1977; Lapeyronnie, 1987, apud Poutignat; Streiff-Fenart, 1998:137). Uma explicação semelhante às manifestações identitárias tardias é apresentada por Alejandro Portes que procurou mostrar os desafios que as diferentes gerações enfrentam na busca de adaptação a uma nova sociedade acolhedora. Para ele, a etnicidade é segmentada em linear – quando a primeira geração procura manter a cultura de origem, e reativa, a partir da segunda geração, quando há uma tendência para a integração, mas ao perceberem que são marginalizados, reagem, fortalecendo o seu próprio grupo (Portes, 2008).

Entretanto, nenhuma das duas explicações acima é suficiente para justificar o surgimento de manifestações identitárias tardias entre os brasileiros que são descendentes de imigrantes palestinos da terceira e quarta gerações, cujos pais ou avôs, também brasileiros, nunca se sentiram discriminados, nunca sofreram qualquer tipo de preconceito por parte da sociedade que os acolheu, não constituíram um grupo étnico e sempre se identificaram como brasileiros. Parece não haver mesmo qualquer oposição entre ‘nós’ e ‘eles’, e praticamente, nenhum sinal de etnicidade. Então como explicar a produção de uma nova identidade étnica palestina, ou palestino-brasileira, em um grupo de descendentes supostamente assimilados e em perfeita harmonia com a sociedade acolhedora? Inquietações à parte, terei de aguardar a conclusão de minha pesquisa de campo para tentar entender o que efetivamente aconteceu com estes imigrantes.

Considerações finais

Desde que as categorias analíticas de identidade e etnicidade passaram a ser amplamente difundidas nos anos seguintes a Barth e Cohen (1969), tivemos uma reconfiguração quase total das análises antropológicas acerca de migrações, sobretudo ao se tratar de contextos multiétnicos e multiculturais. E mesmo diante do repúdio da perspectiva assimilacionista pelas Ciências Sociais, Seyferth sugere “que essa tradição apenas foi abandonada paulatinamente com a primazia conferida aos estudos que abarcavam o pluralismo étnico (Seyferth, 2004)” transformado em valor positivo na sociedade contemporânea. No nosso entendimento, não é lícito dizer que aquelas são abordagens teóricas impróprias. Assimilação e aculturação por um lado, identidade e etnicidade por outro, não são fenômenos mutuamente excludentes, mas complementares.

Os imigrantes palestinos de primeira geração, em muitos casos, até tentaram manter os seus costumes e preservar a sua cultura, mas não parece que este tenha sido o comportamento predominante. A maioria das famílias árabes de Recife não se preocupou sequer em preservar a sua língua nativa e hoje, pouquíssimos membros da comunidade são capazes de falar fluentemente, muito menos de ler e escrever. Os filhos, os netos (meu caso) e bisnetos, pelas diversas razões já citadas acima, seguiram o caminho da integração e da ascensão social, e que, para a maioria, resultou em

assimilação. Portanto, ao que parece, tudo “conspirou” para que os imigrantes palestinos realmente fossem assimilados pela sociedade nordestina. Mais do que isso, os imigrantes palestinos “queriam” ser assimilados pela sociedade local.

Ao que parece, para eles, a emigração não era uma simples viagem a passeio. Era uma ida sem volta. Para os palestinos representava uma partida sem a expectativa de regresso. Significava uma despedida sem esperança de reencontro. Implicava no desenraizamento de sua terra natal e no enraizamento em um lugar desconhecido e muitas vezes hostil. Voltar à Palestina não era um projeto de futuro, ao menos para a maioria dos imigrantes, que temiam ter de voltar por qualquer razão. Talvez, a pequena magnitude da imigração e a grande dispersão dos imigrantes em toda a região Nordeste nos ajudem a compreender o porquê do desejo dos imigrantes de se “misturar” com os locais para não correr o risco de ter de voltar para um lugar que nunca lhes “pertenceu”.

Bibliografia

ASFORA, João Sales. 2002. *Palestinos: a saga de seus descendentes*. 2ª ed. Recife: Indústria Gráfica e Editora Primeira Edição.

_____. 2011. *Palestina Livre*. 1ª Ed. Recife: Editora do Autor.

BARTH, Fredrik. 2011. *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Unesp

BISSIO, Beatriz. 1983. *Palestina, uma cultura em perigo*. Cadernos do Terceiro Mundo, Rio de Janeiro, ano VI, n.52, fev., p. 12 -35.

BUYERS, Paul Eugene. 1951. *Geografia Histórica da Palestina*. 1º ed. São Paulo: Imprensa Metodista.

CAPPELLI, Vittorio. 2007. A propósito de imigração e urbanização: correntes migratórias da Itália meridional às “outras Américas”. PUCRS: Estudos Ibero-Americanos, v. XXXIII, nº1, jun., p. 7-37.

CARLOTO Denis Ricardo. 2007. O Espaço de Representação da Comunidade Árabe-Muçulmana de Foz do Iguaçu – PR e Londrina – PR. Da Diáspora à Multi-territorialidade. Curitiba.
(<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/33581/R%20-%20D%20-%20DENIS%20RICARDO%20CARLOTO.pdf?sequence=1>; acesso em: 19.09.2015).

ELALI, Giries Nicola. 1995. *Belém Palestina – A Cidade Imortal*. 1º ed. Natal.

ESPINOLA, Cláudia Voigt. 2005. O véu que (des)cobre: Etnografia da Comunidade

Árabe Muçulmana em Florianópolis. Disponível na internet.
(<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102133/212325.pdf?sequence=1>; acesso em: 2015).

FAUSTO, Boris. 1997. *Negócios e ócios. Histórias da imigração*. 1º Ed. São Paulo: Companhia das Letras.

FONSECA, Cláudia. Apresentação de Família, Reprodução e Parentesco: Algumas Considerações. Disponível na Internet em: (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000200002&script=sci_arttext; acesso em: 19.01.2015).

GATTAZ, André. 2005. *Do Líbano ao Brasil: História oral de Imigrantes*. São Paulo: Gandalf Editora.

HAJJAR, Claude Fahd. 1985. *Imigração Árabe*. 100 anos de reflexão. 1ª ed. São Paulo: Ícone Editota Ltda.

HAMID, Sônia Cristina. 2010. Ser Palestina no Brasil: memórias de guerra, experiências do gênero. Brasília. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Universidade de Brasília (UnB).

(<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&q=Ser+palestina+no+Brasil%3A+mem%C3%B3rias+de+guerra%2C+experi%C3%Aancias+de+g%C3%Aanero&btnG=&lr=>; acesso em 22.09.2015).

_____. 2012. (Des)integrando refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil. Brasília.
(http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11954/1/2012_SoniaCristinaHamid.pdf; acesso em: 24.07.2014).

HOURANI, Albert Habib. 2005. *Uma história dos povos árabes*. 2ª ed. São Paulo: Editora Schwarcz.

JARDIM, Denise Fagundes. *Os imigrantes palestinos na América Latina*. (<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a13v2057.pdf>; acesso em: 22.09.2009).

_____. *Famílias palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora: experiências identitárias e aduaneiras*. (<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a09n29.pdf>; acesso em: 22.09.2009).

_____. “As mulheres voam com seus maridos”: a experiência da diáspora palestina e as relações de gênero.
(http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832009000100008&script=sci_arttext; acesso em: 27.09.2009).

_____. Palestinos: As Redefinições de Fronteiras e Cidadania.
(<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n19/v9n19a09.pdf>; acesso em: 25.09.2009).

_____. Identidade Étnica e Recriação das Tradições entre os Migrantes de Origem

Palestina no extremo sul do Brasil.

(<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/viewFile/1575/1323>; acesso em: 22.09.2009).

_____. “Quer Comprar Roupas Feitas?": a negociação de Identidades Sociais de Migrantes Palestinos.

<http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Denise_Fagundes_Jardim_Volume_05.pdf; acesso em: 27.09.2009).

JARDIM, Denise Fagundes; PETERS, Roberta. 2005. Os Casamentos Árabes: a recriação de tradições entre imigrantes palestinos no sul do Brasil. Porto Alegre: Revista do Programa de Pós-Graduação, vol. 12, nº 21/ 22, (jan. dez.), p. 173-225.

KAZAK, Ali. 1999. *Delegação Especial da Palestina no Brasil*. A questão Jerusalém. Brasília: Stephanie Gráfica e Editora Ltda.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. 2009. Etnicidade e Identidade Étnica. In: Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. (<http://books.scielo.org/id/kkf5v/pdf/luvizotto-9788579830082-04.pdf>; acesso em: 21.09.2015).

NASSER FILHO, Omar. O crescente e a Estrela na Terra dos Pinheirais. Os Árabes Muçulmanos em Curitiba (1945 – 1984). (<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/13753/1/omar.PDF>; acesso em: 05.10.2009).

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. 2006. *Caminhos da Identidade*. São Paulo: Editora Unesp.

PETERS, Roberta. 2006. Imigrantes Palestinos no Estado do Rio Grande do Sul: uma Análise dos Aspectos Políticos e Identitários expressos no Ritual de Casamento. Porto Alegre. (<http://www.ufrgs.br/naci/Documentos/peters.pdf>; acesso em: 27.08.2015).

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. 2010. *Árabes no Rio de Janeiro: Uma Identidade Plural*. Rio de Janeiro: Cidade Viva Editora.

PORTES, Alejandro. 2008. Migration and Social Change: Some Conceptual Reflections. Princeton. (<http://www.imi.ox.ac.uk/events/theories-of-migration-and-social-change/portes.pdf>; acesso em: 22.09.2015).

POUTIGNAT & STREIFF-FENART. 1998. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora Fundação da Unesp.

PROCÓPIO, Oscar Siqueira. Aprendendo com o Outro. Os Árabes em Floriano, PI. (file:///C:/Users/Hissa/Downloads/2006_Dis_OSProcopio%20(2).pdf)

REICHERT, Rolf. 1972. *História da Palestina: dos primórdios aos nossos dias*. 1º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SAFADY, Jorge. S. 1949. *Panorama da imigração árabe*. São Paulo: Ed. Comercial Safady.

SAYAD, Abdelmalek. 1998. *A imigração*. São Paulo: Edusp.

SEYFERTH, Giralda. 2004. A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais. In: BIB, São Paulo, nº57, 1º Semestre. (file:///C:/Users/Hissa/Downloads/bib57_2.pdf; acesso em: 01.08.2014).

_____. Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil. (<http://www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf>; acesso em: 01.08.2014).

_____. A Assimilação dos Imigrantes como Questão Nacional. (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100004).

TRUZZI, Oswaldo. 1992. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré.

_____. 2008. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp.

_____. 2005. *Sírios e Libaneses: narrativas de história e cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

WILLEMS, Emílio. 1980. *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional.